

## Economia

# Brasil precisa de US\$ 20 bilhões

■ Dinheiro é necessário para fechar déficit das contas externas nos próximos 15 meses. Ministro diz que ajuste fiscal sairá rápido

Josemar Gonçalves - 23/9/98

CLAUDIA SAFATLE E  
FLAVIA SEKLES

WASHINGTON - O Brasil vai precisar de US\$ 65 bilhões para fechar o déficit das contas externas nos próximos 15 meses - daqui a 31 de dezembro de 1999. Deste valor, o governo terá que conseguir US\$ 20 bilhões. O restante já está assegurado com investimentos diretos e financiamentos de comércio, segundo cálculos do ministro da Fazenda, Pedro Malan, apresentados a empresários e banqueiros em três seminários - dois deles do Banco Mundial e outro do International Institute of Finance, que reúne mais de 300 bancos privados.

Os investimentos estrangeiros diretos somaram, nos últimos 15 meses até agora, US\$ 23 bilhões. O ministro espera que continuem nesse nível em 1999. Malan diz que não será um problema para o país receber essas duas dezenas de bilhões de dólares para financiar as contas externas de 1999, até porque ainda dispõe de US\$ 47,5 bilhões em reservas cambiais. O Brasil não está precisando de uma "operação de resgate", assinalou. Está, sim, buscando uma "operação preventiva" contra o contágio da crise financeira mundial, que fechou os mercados e aumentou de 300 para 1400 *basis points* os *spreads* (taxas de risco) para países emergentes.

**Vitória** - Eram 16h48 (17h48 em Brasília), quando o ministro anunciou à platéia de investidores que Fernando Henrique Cardoso já havia sido reeleito com mais de 50% dos votos. Banqueiros e empresários aplaudiram. "Foi uma vitória muito expressiva", antecipou-se Malan, apontando para o forte poder político que o presidente terá no segundo mandato.

Malan defendeu mais uma vez a criação de um mecanismo de proteção por meio de um pacote financeiro de ajuda ao Brasil e demais países da América Latina. E avisou que "muito, muito rapidamente" o governo vai anunciar o programa de metas fiscais para os próximos três anos, aumentando o superávit primário das contas do setor público.

"Não haverá Dia D. Esta não será, parafraseando Saddam Hussein, a mãe de todas as batalhas", disse.

O forte ajuste fiscal - aliado à redução do déficit em conta corrente do balanço de pagamentos e ao compromisso de manter a economia aberta, sem controle na saída de capitais externos - será, segundo o ministro, "a chave da nossa política econômica". O presidente Fernando Henrique já anunciou o compromisso de buscar um acerto nas contas do setor público e a política fiscal será "centro das atenções" de seu segundo mandato.

Sobre política cambial, Malan foi enfático: "Não vamos mudar. Não haverá máxi nem mididesvalorização nem flutuação das taxas. Não vamos congelar a taxa. Temos um regime de banda que é o apropriado para o momento. A desvalorização do real frente ao dólar americano tem sido de 7,5% nominais, o que para uma taxa de inflação menor que 2% ao ano, representa uma desvalorização real de cerca de 6%, também apropriada".

Controlar a saída de capitais é algo que ele nega peremptoriamente. "Vivemos isso nos anos 80 e sabemos que não funciona. Termina numa parafernália de controles que gera toda a sorte de corrupção. É fácil de entrar e difícil de sair". Já controle à entrada é visto por Malan como uma providência natural e as regras de cobrança do IOF (Imposto sobre Operações Financeiras) existem desde 1994. A diferença é que, quando é preciso, a alíquota sobe ou desce. "O nome do jogo, aí, é buscar restaurar o fluxo de capitais para país".

O que o governo fará, já está dito. Falta saber agora que tipo de apoio o resto do mundo dará ao Brasil, em particular, e aos países emergentes, em geral. Malan, disse ontem que "essa é uma oportunidade histórica" para se criar algum mecanismo de proteção e "evitar uma crise que sairia muito mais cara para resolver".

William Rhodes, vice-presidente do Citibank, agradeceu as palavras de Malan com o seguinte comentário: "Obrigado por nos dizer não apenas o que vai fazer, mas o que não pretende fazer".



Pedro Malan, em Washington: "Não buscamos uma operação de resgate, mas, sim, uma operação preventiva"